

**PARECER DO CONSELHO FISCAL DA FUNDAÇÃO LIBERTAS DE  
SEGURIDADE SOCIAL SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DOS  
PLANOS PREVIDENCIAIS REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE  
DEZEMBRO DE 2013.**

No cumprimento das disposições legais e estatutárias o Conselho Fiscal da FUNDAÇÃO LIBERTAS DE SEGURIDADE SOCIAL, após examinar o Balanço Patrimonial Consolidado, a Demonstração da Mutação do Patrim nio Social, a Demonstrac o da Mutação do Ativo Líquido por Plano de Benefício Previdencial, a Demonstrac o do Ativo Líquido por Plano de Benefício Previdencial, a Demonstrac o do Plano de Gestão Administrativa Consolidado, as Demonstrac es das Provisões Técnicas dos Planos de Benefícios e as Notas Explicativas  s Demonstrac es Contábeis, relativos ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013, e com base nos Pareceres do Atu rio GAMA Consultores Associados relativos ao exercício de 2013 e Parecer dos Auditores Independentes BAKER TILLY BRASIL de 18/03/2014, entende que as demonstra es contábeis retratam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posi o patrimonial e financeira da FUNDA O LIBERTAS DE SEGURIDADE SOCIAL em 31 de dezembro de 2013 e 2012, as muta es patrimoniais e os resultados de suas opera es, referentes aos exercícios findos naquelas datas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a Legisla o do CNPC e da PREVIC aplicáveis ao segmento fechado de previdência complementar, exceto quanto aos seguintes itens:

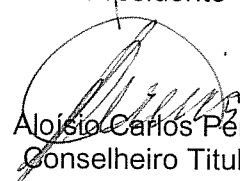
**ÊNFASES**

1. Valor de R\$ 47.952 mil, classificado como "Outros Realizáveis" no Plano MINASCAIXA, que se refere   a o judicial que apesar de transitada em julgado, pode não se realizar na sua totalidade;
2. Valor de R\$ 96.534 mil, apresentado no exigível contingencial, contabilizado em razão do Auto de Infra o relativo ao Imposto de Renda incidente sobre o rendimento de aplica es financeiras no período de 2000 a 2004 encontra-se em julgamento ainda na esfera administrativa. O valor do processo em questão atualizado para dezembro de 2013   de R\$ 245.681 mil. Embora classificado pelos consultores jurídicos como perda possível, outro processo de natureza semelhante, relativo ao período de 1995 a 1998, teve resultado contrário aos interesses da Funda o, sendo inclusive, objeto de REFIS em dezembro de 2013, diante deste fato o Conselho Fiscal entende que existem argumentos para que a causa seja classificada como perda provável.
3. Desenquadramento nos investimentos dos planos previdenciais COPASA RP1, CDI, COMIG BD e IMA, conforme mencionado nos Ofícios nós 5.565 de 03 de dezembro de 2013 e 5.680 de 09 de dezembro de 2013.

Belo Horizonte, 21 de março de 2014.

  
In s Aparecida Soares  
Presidente

  
Mauricio Pereira de Jesus  
Vice Presidente

  
Aloísio Carlos Pereira  
Conselheiro Titular

  
José Silveira Junior  
Conselheiro Titular